



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 4/2026

No dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta e oito minutos, no plenário da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, teve início uma audiência pública para apresentar a Prestação de Contas do Executivo, relativa às metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2026. A audiência foi convocada pela Câmara, por solicitação da Comissão de Competitividade, Finanças, Orçamento, Economia e Planejamento (COFIN), por meio do Requerimento nº 687/2026. Estavam presentes os vereadores Eliton Ávila – que deu início à audiência e a presidiu, Deza Guerreiro, Enio Brizola, Giovani Caju e Ico Heming. A Mesa foi composta, além do vereador Eliton Ávila, pelo vereador Giovani Caju, pela secretária municipal da Fazenda, Senhora Michele Vargas Antonello, e pelo Senhor Valdelino Vieira de Abreu, contador do Poder Executivo. O evento foi transmitido simultaneamente pelo canal da TV Câmara NH no YouTube. Após as saudações iniciais do vereador Eliton Ávila, o uso da palavra foi concedido à secretária Michele Vargas Antonello e ao contador Valdelino Vieira de Abreu, que, conforme o Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, apresentaram o demonstrativo de execução das metas orçamentárias referente ao primeiro quadrimestre de 2026. A secretária municipal da Fazenda, Michele Antonello, iniciou sua fala explicando os conceitos de receitas públicas, classificadas em receitas correntes e receitas de capital. Ela destacou que os dados apresentados foram consolidados, abrangendo não apenas a Prefeitura, mas também a Câmara Municipal, o instituto de previdência municipal e a autarquia responsável pelos serviços de água e esgoto. Segundo a secretária, essa integração permite uma visão mais ampla e precisa da situação financeira do município. No que se refere às despesas, explicou a adoção de uma nova metodologia de gestão orçamentária, que prevê o empenho dos contratos por toda a sua vigência ou até o final do exercício. Essa medida, segundo ela, proporciona maior segurança na execução dos serviços e aprimora o planejamento financeiro. Ressaltou ainda que a Administração mantém rigoroso controle do fluxo de caixa, assegurando o pagamento das despesas liquidadas dentro dos prazos estabelecidos. Destacou que os fornecedores estão com pagamentos em dia e que eventuais pendências decorrem de questões documentais, e não de falta de recursos. Explicou também que as despesas de capital apresentam execução mais lenta, por dependerem do andamento de obras, cronogramas físico-financeiros e da conclusão de processos de investimento público. Outro ponto abordado foi a expectativa de ampliação das receitas de capital por meio de um financiamento já autorizado pelo Legislativo, que ainda aguarda as etapas finais de tramitação junto aos órgãos competentes. Esses recursos serão destinados principalmente a obras de infraestrutura no município. Por fim, apresentou a composição das principais fontes de arrecadação e destacou as mudanças previstas com a reforma tributária. Na sequência, o contador do Poder Executivo, Senhor Valdelino Vieira de Abreu, iniciou sua fala informando que os limites legais relacionados às despesas com pessoal e ao endividamento



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

permanecem sob controle e dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação. Também destacou que houve melhora nos indicadores ligados à dívida pública e ao equilíbrio fiscal. Quanto às áreas constitucionais, esclareceu que os investimentos em educação seguem um cronograma próprio, influenciado pela utilização de recursos remanescentes do exercício anterior. Na saúde, ressaltou que os gastos municipais permanecem elevados devido à necessidade de complementar recursos diante da defasagem dos repasses do sistema público de saúde. Ao final da fala do Senhor Valdelino Vieira de Abreu, a secretária Michele Vargas Antonello afirmou que todas as metas fiscais exigidas pela legislação foram atingidas, que os relatórios já foram encaminhados aos órgãos de controle e que, apesar dos resultados positivos apresentados no primeiro quadrimestre, a situação fiscal do Município ainda exige acompanhamento permanente. Informou que a Secretaria da Fazenda segue realizando revisões de contratos, monitoramento do fluxo de caixa e ações voltadas à redução de despesas e ao incremento da arrecadação, com o objetivo de preservar o equilíbrio das contas públicas ao longo do exercício. Encerrada a apresentação dos representantes do Poder Executivo, passou-se ao momento destinado aos questionamentos dos vereadores. O presidente Eliton Ávila questionou sobre a previsão para a liberação dos recursos do empréstimo aprovado junto ao Banco do Brasil, visando investimentos em infraestrutura, saúde e educação. Em resposta, a secretária informou que a operação de crédito ainda se encontra em análise pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pela União. Explicou que, em razão do elevado valor da operação, têm sido realizadas sucessivas solicitações e revisões documentais. Destacou, entretanto, que o Município já possui a certificação necessária e está apto à contratação, restando apenas a conclusão dos trâmites burocráticos para a liberação dos recursos e assinatura do contrato. Na sequência, o vereador Giovani Caju agradeceu os esclarecimentos prestados pela secretária e reconheceu o trabalho conjunto realizado pela equipe do Executivo e pelos servidores da Casa Legislativa. Destacou a importância do esforço coletivo para a condução das atividades públicas e agradeceu a presença de todos os participantes da audiência. Em seguida, o vereador Enio Brizola manifestou preocupação com o nível de endividamento do Município. Embora tenha reconhecido a redução registrada nos últimos anos, observou que a dívida ainda compromete a capacidade de investimento e exige medidas permanentes de controle dos gastos públicos. Também chamou a atenção para a situação da saúde pública, especialmente em relação à superlotação do Hospital Municipal e ao insuficiente financiamento estadual da área. Defendeu uma maior participação dos municípios da região no custeio dos serviços e a busca por recursos externos como forma de evitar novos endividamentos. A secretária concordou com as preocupações apresentadas quanto à saúde pública, destacando que Novo Hamburgo suporta uma demanda regional significativa. Defendeu a atuação conjunta entre Executivo, Legislativo e os demais municípios da região para buscar uma divisão mais equilibrada dos custos e ampliar o financiamento do setor. Também justificou a contratação de financiamentos como alternativa para viabilizar investimentos em infraestrutura, tecnologia e saúde, ressaltando que o Município



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

mantém capacidade financeira para realizar essas operações. Por fim, anunciou o lançamento do programa de transação tributária, destinado à regularização de débitos e ao aumento da arrecadação municipal. O presidente Eliton Ávila se manifestou novamente e afirmou esperar que o Poder Executivo encaminhe ainda neste ano o novo Plano Diretor ao Legislativo. Defendeu que a proposta contemple a destinação de uma área específica para a implantação de um distrito industrial, destacando que a criação de espaços adequados para investimentos é fundamental para atrair empresas, ampliar a arrecadação municipal e gerar empregos em Novo Hamburgo. Por fim, o vereador Giovani Caju voltou a se pronunciar sobre a grave crise enfrentada pela saúde pública, destacando o desequilíbrio entre os custos dos serviços prestados e os recursos recebidos por meio dos repasses governamentais, situação que gera déficits recorrentes e impacta significativamente o orçamento municipal. O vereador também defendeu a criação de distritos industriais de forma descentralizada, como estratégia para promover o desenvolvimento econômico e contribuir para a melhoria da mobilidade urbana. Nada mais havendo a tratar, às dez horas e trinta e oito minutos, o presidente Eliton Ávila encerrou a audiência pública. [Observação: a íntegra do vídeo desta audiência pública pode ser acessada na página da Câmara Municipal de Novo Hamburgo no youtube, por meio do endereço eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=ywxNen-rL60>].

Vereador Eliton Ávila
Presidente





Of. nº.62/2026 – SEMFAZ / CONTABILIDADE

Novo Hamburgo, 29 de maio de 2026.

Assunto: Audiência Pública

-

Senhor Presidente:

Em atendimento ao disposto na Lei 101/2000, Art. 9º § 4º, informamos que enviamos em anexo a documentação relativa ao 1º Quadrimestre de 2026, com o fim específico de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, para serem apresentados em audiência pública a realizar-se na Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo no dia 29/05/2026 às 9:30h.

Atenciosamente,


Michele Vargas Antonello
Secretária da Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
PROTOCOLO
DOC.º 53012026

29 MAIO 2026

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Novo Hamburgo
Juliano Souto



RELATÓRIO DE APRESENTAÇÃO - I QUADRIMESTRE DE 2026

Fonte de dados: Relatório de Gestão Fiscal – STN – IPM – PMNH.

Data da Apresentação: 29 de Maio de 2026.

Apresentação:

Em atendimento, e de acordo com a Lei 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - passamos a sintetizar os dados relevantes e relativos à Gestão Fiscal tendo como base o mês de abril de 2026 conforme segue:

Primeiramente cabe salientar que as informações contidas neste relatório sintético, são todas de caráter estritamente técnico, não evidenciando nelas a linha de atuação Político Administrativa, sendo estes dados, consolidados do Executivo e suas Administrações Indiretas.

Os relatórios com os dados analíticos foram encaminhados aos órgãos competentes e publicados dentro do prazo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Relatório de Gestão Fiscal – RGF – I quadrimestre 2026

A Receita Corrente Líquida – RCL apurada nos últimos 12 meses foi de **R\$ 1.551.804.204,20**.

A Despesa Total com Pessoal, de acordo com o Demonstrativo da STN, no mesmo período totalizou **R\$ 454.083.626,75**, correspondendo a **29,53% da RCL**, mantendo-se dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente.

Já em relação ao Demonstrativo gerado pelo TCE-RS, o total da Despesa com Pessoal, considerado a adição da FSNH, no período analisado foi de, **R\$ 680.724.343,37** correspondendo a **36,55% da RCL**, ficando também dentro dos limites constitucionais.

A Dívida Consolidada Líquida atingiu **R\$ 651.496.362,37**, também dentro dos parâmetros legais.

Não houveram Operações de Créditos até o quadrimestre de referência.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO – II bimestre/2026

Receita:

Previsão Atualizada da Receita:	R\$ 2.083.271.236,00
Receita Realizada:	R\$ 707.096.791,66

Despesa:

Dotação Inicial:	R\$ 2.231.752.761,00
Dotação Atualizada:	R\$ 2.327.666.013,64
Despesa Empenhada:	R\$ 901.956.935,36
Despesa Liquidada:	R\$ 543.905.359,93
Despesa Paga:	R\$ 483.263.122,35

Superávit Orçamentário (Receita Realizada – Despesa Liquidada) = R\$ 163.191.431,73

Receitas/Despesas do Regime de Previdência

Receitas Previdenciárias Realizadas:	R\$ 107.004.939,59
Despesas Previdenciárias Liquidadas	R\$ 79.726.603,62
Resultado Previdenciário:	R\$ 27.278.335,97

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (Dados do SIOPE)

Observamos que no ano de 2026, o investimento em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino correspondeu a **12,31%** das Receitas de Impostos. O limite mínimo a ser aplicado no exercício é 25%.

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS

No ano de 2026, o investimento em ASPS (Ações e Serviços Públicos de Saúde) corresponde a **27,24%** da receita de impostos e transferências constitucionais. O limite mínimo a ser aplicado no exercício é 15%.

Resultados Fiscais

RESULTADO PRIMÁRIO: o resultado primário surge da comparação das receitas e despesas primárias no exercício, excluída a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida.

META FIXADA

LDO PARA 2026:	(+) Receita Primária	R\$ 1.614.400.236,00
	(-) Despesa Primária	R\$ 1.740.888.957,00
	(=) Resultado	R\$ (126.488.721,00)

EXECUÇÃO:

1º QUADRIMESTRE/2026:	(+) Receita Primária	R\$ 571.653.363,39
	(-) Despesa Primária	R\$ 477.024.796,91
	(=) Resultado	R\$ 94.628.566,48

RESULTADO NOMINAL: representa a variação das contas da dívida pública de um período ao outro. Juntamente com o resultado primário, é uma das formas de se apurar o resultado das contas em um certo período do exercício.

POSIÇÃO DÍVIDA:	(+) Dívida Bruta	R\$ 1.080.535.292,90
FINAL DE 2025	(-) Deduções	R\$ 299.447.183,25
	(=) Dívida Líquida	R\$ 781.088.109,65

EXECUÇÃO:

1º QUADRIMESTRE/2026:	(+) Dívida Bruta	R\$ 1.115.134.725,76
	(-) Deduções	R\$ 463.638.363,39
	(=) Dívida Líquida	R\$ 651.496.362,37

Nesta análise verifica-se que houve, uma redução da dívida pública, ocasionando um resultado nominal de R\$ 129.591.747,28

Estas são as informações apuradas nos devidos relatórios que acompanharão esta apresentação e entregues ao Presidente da Câmara e demais Vereadores, podendo ainda ser complementadas a medida de suas necessidades.

Informamos ainda que estas e outras informações pertinentes encontram-se disponíveis no Portal da Transparência, bem como Órgãos Oficiais e Prefeitura Municipal.

Novo Hamburgo, 29 de Maio de 2026.



VALDELINO VIEIRA DE ABREU
Contador



MICHELE VARGAS ANTONELLO
Secretária Municipal da Fazenda



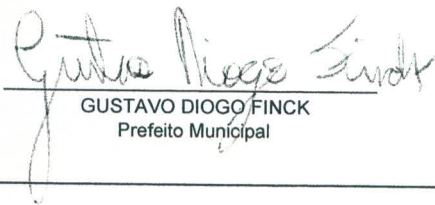
MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO - RS
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: CONSOLIDADA
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2026 / Bimestre Março-Abril

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até 2º Bimestre			Em Reais
RECEITAS					
Previsão Inicial					2.083.207.636,00
Previsão Atualizada					2.083.271.236,00
Receitas Realizadas					707.096.791,66
Déficit Orçamentário					0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)					91.189.428,24
DESPESAS					
Dotação Inicial					2.231.752.761,00
Dotação Atualizada					2.327.666.013,64
Despesas Empenhadas					901.956.935,36
Despesas Liquidadas					543.905.359,93
Despesas Pagas					483.263.122,35
Superávit Orçamentário					163.191.431,73
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até 2º Bimestre			
Despesas Empenhadas					901.956.935,36
Despesas Liquidadas					543.905.359,93
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até 2º Bimestre			
Receita Corrente Líquida					1.551.804.204,20
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento					1.546.932.382,92
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal					1.537.789.823,92
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES		Até 2º Bimestre			
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					27.278.335,97
Receitas Previdenciárias Realizadas					107.004.939,59
Despesas Previdenciárias Empenhadas					80.229.432,25
Despesas Previdenciárias Liquidadas					79.726.603,62
Despesas Previdenciárias Pagas					79.697.246,93
Resultado Previdenciário					27.278.335,97
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até 2º Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha		(126.488.721,00)	94.628.566,48	(74,81)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		85.127.210,10	129.591.747,28	152,23	
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Canc. Até 2º Bimestre	Pag. Até 2º Bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
Poder Executivo		143.464.608,76	18.369.449,24	78.174.073,16	46.921.086,36
Poder Legislativo		143.426.478,96	18.369.449,24	78.166.158,04	46.890.871,68
Poder Judiciário		38.129,80	0,00	7.915,12	30.214,68
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					
Poder Executivo		71.448.532,17	7.759.857,74	34.432.671,46	29.256.002,97
Poder Legislativo		68.518.989,66	7.524.612,95	33.055.638,50	27.938.738,21
Poder Judiciário		2.929.542,51	235.244,79	1.377.032,96	1.317.264,76
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		214.913.140,93	26.129.306,98	112.606.744,62	76.177.089,33

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até 2º Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até 2º Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	41.712.081,94	25,00	12,31	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	52.103.053,96	70,00	67,99	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até 2º Bimestre	Saldo Não Realizado		
Receita de Operação de Crédito	0,00	202.734.000,00		
Despesa de Capital Líquida	108.628.745,52	413.876.178,25		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	38.690.854,19	228.603.302,99	67.025.808,69	65.490.964,27
Receitas Previdenciárias	290.117.172,65	556.956.480,84	526.727.451,15	641.417.595,63
Despesas Previdenciárias	251.426.318,46	328.353.177,85	459.701.642,46	575.926.631,36
Resultado Previdenciário	38.690.854,19	228.603.302,99	67.025.808,69	65.490.964,27
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões e Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pensões e Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até 2º Bimestre	Saldo a Realizar		
Receitas de Alienação de Ativos	395.157,96	13.678.842,04		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	70.682,32	9.964.604,78		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até 2º Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		%Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até 2º Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	92.289.057,79	15,00	27,24	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00			

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO.


GUSTAVO DIOGO FINCK
Prefeito Municipal


MICHELE VARGAS ANTONELLO
Secretária Municipal da Fazenda


VALDELINO VIEIRA DE ABREU
Contador

**MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO - RS**

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: EXECUTIVO

Poder: Executivo

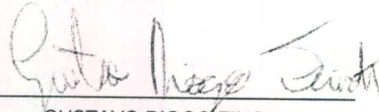
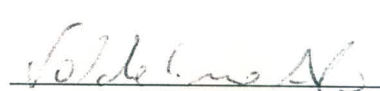
Período de Referência: Janeiro a Abril de 2026 / Quadrimestre Janeiro-Abril

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ 1º QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		1.551.804.204,20	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		1.546.932.382,92	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		1.537.789.823,92	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		454.083.626,75	29,53
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		830.406.504,92	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		788.886.179,67	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		747.365.854,43	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida		651.496.362,37	42,12
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		1.856.318.859,50	120,00
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		340.325.124,24	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		247.509.181,27	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		108.285.266,80	7,00
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO.


GUSTAVO DIOGO FINCK
Prefeito Municipal
MICHELE VARGAS ANTONELLO
Secretária Municipal da Fazenda
VALDELINO VIEIRA DE ABREU
Contador